

humanitas

NADA DO QUE É HUMANO NOS É ALHEIO



entrevista

**Dra. Clara Marques
Mendes – Secretária de
Estado da Ação Social e
da Inclusão**

Entrevista pelos
Residentes da NÓS

descomplicar

Direitos Humanos –
O Direito ao Trabalho da
pessoa com deficiência
**por Mariana Bem-Haja e
Filomena Girão**

artigo científico

Espiritualidade para todos
por Tiago Casaleiro



editorial

Jogos Paralímpicos –
segregação ou inclusão?

ficha técnica

Coordenação — Helena Albuquerque, Luís Amaral, Rosa Moreira, Susana Simões e Teresa Guimarães

Apoio Técnico — Maria Helena Colaço

Colaboradores

Dra. Clara Marques Mendes – Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, João Tiago, Anabela Rodrigues, Marco Gomes e Ana Lourenço – NÓS

Manuel Ramos, Tiago Azevedo e Isabel Querido – Projeto ValorIN de MADl de Vila do Conde

Mariana Bem-Haja e Filomena Girão – FAF Advogados

Tiago Casaleiro – Doutor em Enfermagem

Marco Paiva – Projeto Terra Amarela

Design e Paginação — Raquel Vinhas

Data de Publicação — setembro 2024

Todos os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a revista

contactos



humanitas.org.pt



humanitas@humanitas.org.pt



(+351) 21 8453510 (Chamada para a rede fixa nacional)



facebook.com/humanitasfederacao



instagram.com/humanitasfederacao



Praça de Londres, 9 – 4º Esq.
1000-192 Lisboa



editorial

p — 3

Jogos Paralímpicos
– segregação ou
inclusão?



entrevista

p — 5

**Dra. Clara Marques
Mendes**
Entrevista pelos
Residentes da NÓS



descomplicar

p — 21

Projeto ValorIN
de MADi de Vila do Conde

p — 11

Direitos Humanos –
O Direito ao Trabalho da
pessoa com deficiência
**por Mariana Bem-Haja e
Filomena Girão**



já aconteceu

p — 14

... até setembro de
2024



opinião

p — 15

Um lugar maior
**por Marco Paiva – Terra
Amarela**



artigo científico

p — 17

Espiritualidade para todos
por Tiago Casaleiro



Jogos Paralímpicos – segregação ou inclusão?

Assistimos, neste mês de Setembro, aos Jogos Paralímpicos Paris 2024: espetáculo magnífico de sensibilização e consciencialização de todo o mundo para as questões relacionadas com a deficiência; momentos de extrema beleza em que partilhámos histórias de superação, de resiliência e de humanismo.

Lamentamos, contudo, que as pessoas com deficiência intelectual só tenham podido competir nestes Jogos em três modalidades (das 22 existentes): ténis de mesa, atletismo e natação e apoiamos fortemente os movimentos existentes de pressão para que o número de modalidades permitidas para esta deficiência seja alargado em Los Angeles.

Desde a primeira edição desta competição internacional, a deficiência intelectual tem sido aquela que menos representatividade tem tido, quer em modalidades permitidas quer em número de atletas, tendo havido mesmo um período de 12 anos (de 2000 a 2012) em que estes não puderam qualificar-se



por ter havido um escândalo, em 2000, originado pela participação indevida de atletas sem qualquer limitação cognitiva numa equipa de basquetebol, pretensamente constituída por pessoas com deficiência intelectual.

De qualquer forma, urge analisar este evento à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que, à primeira vista, condena todo o tipo de circuitos segregados emanando a ideia principal de que os lugares que as pessoas com deficiência devem frequentar devem ser os mesmos de qualquer pessoa.

Contudo, um olhar mais atento nesta Convenção, nomeadamente no seu artigo 30º, que diz: “De modo a permitir às pessoas com deficiência participar, em condições de igualdade com as demais, em actividades recreativas, desportivas e de lazer, os Estados Partes adoptam as medidas apropriadas para (...) assegurar que as pessoas com deficiência têm a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em actividades desportivas e recreativas específicas para a deficiência (...)”, permite-nos constatar uma excepção no paradesporto de competição.

Pensando melhor: como poderiam praticar desporto, com igualdade de oportunidades, atletas sem deficiência e com várias deficiências? Como

sabemos existem, dentro dos Jogos Paralímpicos e em cada modalidade, várias classes de competição dependendo das aptidões psíquicas, funcionais e físicas de cada atleta.

Pessoas com deficiência intelectual não competem com pessoas com deficiência visual ou com paralisia cerebral e estas participam em classes diferentes das pessoas amputadas, existindo ainda em cada modalidade regras adequadas a cada classe.

Encarar a diferença como diferença e não nos deixarmos levar por discursos simplistas e preconceituosos que defendem que a separação é sinónimo de exclusão, leva a que as “pessoas diferentes” tenham todas as condições necessárias para viverem com dignidade, podendo alcançar os seus potenciais máximos nas suas diferentes facetas vivenciais, lema este que deve nortear todas as nossas ações.



ENTREVISTA A CLARA MARQUES MENDES POR RESIDENTES DA NÓS

“As acessibilidades têm de ser uma realidade no nosso país”

Neste verão, a **NÓS – Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente**, foi até ao Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social. Uma oportunidade para entrevistar a **Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão**, Clara Marques Mendes, que surgiu pela mão da **HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental**.

Convidados a contribuir para a presente edição da Revista da HUMANITAS, dois dos residentes da Associação NÓS, **João Tibúrcio** e **Anabela Rodrigues**, entrevistaram a governante, representando vários outros jovens e adultos com deficiência em Portugal. Uma conversa oportuna e enriquecedora que abriu portas a mais contributos futuros da NÓS para o atual Governo.

Em cima da mesa foram colocadas necessidades na “primeira pessoa” sobre acessibilidades em diferentes áreas, com que as pessoas com deficiência ainda se debatem diariamente. Para a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão é certo que “o Estado tem de ser o primeiro a dar o exemplo” e que “as acessibilidades têm de ser uma oportunidade e uma preocupação de todos”.

Residentes da NÓS (RN) – Todos sabemos que a pobreza em Portugal tem uma relação significativa com a deficiência. Apesar de as mensalidades de frequência das respostas sociais numa IPSS serem calculadas de acordo com os rendimentos do agregado familiar, a percentagem de rendimento investido para o acesso a um CACI ou SAD é uma dificuldade para famílias com maiores carências económicas e sociais. No seu entender como é possível o Estado facilitar o acesso a respostas tão necessárias a pessoas com rendimentos muito reduzidos sem afetar as instituições?

Secretária de Estado (SE) – Todos nós sabemos e, de facto, é uma realidade que a situação de pobreza está, muitas

vezes, intimamente ligada a situações de deficiência e vice-versa. Acho que tem havido uma grande preocupação em que todas as pessoas, sobretudo as mais vulneráveis e com mais dificuldades, tenham mais acesso a respostas sociais e o que nós estamos agora concentrados em fazer é precisamente reunir com o setor social e solidário, com as instituições que dão respostas para as vossas necessidades no sentido de podermos fazer uma atualização das participações por parte do Estado para poder também diminuir aquela que é a parte com que as famílias têm de contribuir.

Estamos convencidos de que vamos conseguir chegar a uma situação; temos um grupo de trabalho constituído com o setor social em que estamos a avaliar o custo de cada resposta social,



para que depois, em função desse custo efetivo que a instituição tem, o Estado possa saber aquilo com que pode ajudar para poder minimizar os custos das famílias. Essa é, portanto, uma preocupação que temos porque, de facto, é fundamental que todas as pessoas tenham resposta.

RN – No que respeita à acessibilidade de pessoas com deficiência a escolas, ao emprego e a serviços, sentimos que tem havido progressos ainda que continuemos a deparar-nos com algumas dificuldades, nomeadamente no acesso a transportes. Que medidas do Governo podem ajudar a normalizar o acesso atualmente ainda condicionado e não facilitado a todas as pessoas, já que ainda

é necessário agendamento de lugares em comboios, por exemplo, ou número de lugares limitados de cadeiras de rodas?

SE – A questão das acessibilidades é para nós uma prioridade e isto não é uma “frase bonita”, é mesmo uma preocupação principal. No âmbito das acessibilidades, nós temos duas questões.

Nós temos o Regime Jurídico das Acessibilidades que o anterior Governo tinha notado que precisava de ser revisto, mas nunca foi constituído o grupo de trabalho para rever essa legislação. Além de ser necessário rever a legislação, é preciso rever a situação das fiscalizações; é preciso mudar muitos aspetos.

Estamos a constituir esse grupo de



entrevista

trabalho, mas queremos fazer um grupo de trabalho mais pequeno do que aquele que o anterior Governo tinha previsto porque, com a quantidade de entidades que estavam envolvidas, só o facto de todas as entidades indicarem os membros que iam pertencer ao grupo demorou cinco meses. Ou seja, temos de ser práticos.

Outra questão é a do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Fala-se muito da “Bazuca” e do dinheiro que veio para Portugal na altura da Covid-19, sendo que esse dinheiro que veio tem uma parte que foi destinada para as acessibilidades, mas infelizmente o que nós encontrámos foi uma execução muito baixinha. Este dinheiro da Europa tem prazos para se cumprirem e, como não nos resignamos com o que encontrámos,

nós conseguimos, com o Instituto Nacional para a Reabilitação, agilizar o processo. Já se abriram avisos para os municípios concorrerem – designados Acessibilidades 360°. Tivemos também outra atuação no sentido de envolver organizações não governamentais que trabalham com esta área para ajudarem os municípios a identificar situações em que seja necessário fazer estas obras, quer nos espaços públicos, quer nos edifícios públicos, quer nas habitações das pessoas.

Portanto, estão em curso os avisos aos municípios; o Instituto Nacional para a Reabilitação vai andar pelos mesmos a fazer uma campanha de sensibilização; nós estamos a trabalhar também numa campanha de sensibilização para passar nas rádios e na imprensa, precisamente porque este





é o momento em que o nosso país tem uma oportunidade de, com o apoio de fundos, fazer a diferença e fazer essa mudança tão necessária.

Nós não nos resignamos a que esse dinheiro volte para trás e estamos a trabalhar o máximo que conseguimos para que tudo isto aconteça. Por isso, também pedimos a vocês que ajudem nessa sensibilização dos municípios, para que os municípios percebam que é fundamental. Porque, com ou sem ajuda da Europa, as acessibilidades têm de ser uma realidade no nosso país.

Há muitas matérias no que respeita a pessoas com deficiência que nos preocupam, mas as acessibilidades estão no topo das preocupações. Inclusive porque esta é uma questão

que respeita a todas as pessoas, como são também pessoas com carrinhos de bebés, pessoas idosas, entre outras. Contudo, temos de mudar, mas temos de priorizar; não pode ser tudo de uma vez.

Em setembro vamos desenvolver sessões de trabalho com organizações para nos fazerem chegar a sua realidade e trabalharmos em prol de uma Lei de Bases das Pessoas com Deficiência e, assim, trabalharmos em relação a coisas em concreto, como a Prestação Social para a Inclusão, produtos de apoio, acessibilidades. E, por isso, estão convidados a virem a essas sessões de trabalho e trazerem os vossos contributos. Pois, a nossa forma de trabalho é trabalhar com as pessoas e para as pessoas.

“O Estado tem de ser o primeiro a dar o exemplo”

RN – Relativamente a serviços de saúde e cuidados primários, sabemos que tem havido melhorias na estruturação do edificado, mas a reduzida mobilidade nos gabinetes médicos, por exemplo, ainda é algo que na prática se faz sentir. Que passos estão previstos para que mais melhorias estruturais possam existir e de forma mais generalizada nos Centros de Saúde?

SE – Quando estamos no século XXI e queremos uma sociedade onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades, o próprio Estado falha nos centros de saúde. Isto não pode acontecer. O Estado tem de ser o primeiro a dar o exemplo e não pode exigir que os cidadãos façam nas suas casas o que não faz na sua “casa”.

Eu não vou conseguir mudar tudo num dia, mas garanto-vos que em relação à adaptação dos edifícios públicos e à adaptação das casas vão ser dados passos e vamos ter de insistir na questão da fiscalização; não podemos dizer que tem de se fazer e depois não fazer.

E temos que nos unir, trabalhar todos juntos para mudar o paradigma, e sair à rua, sensibilizar a nós próprios, aos outros e aos municípios. Falar de pessoas com deficiência é falar de Direitos Humanos e, portanto, percebemos quando vocês sentem revolta e têm o nosso compromisso de que estamos a trabalhar para que isso deixe de acontecer.



entrevista

RN – O acesso à habitação com quotas mínimas de adaptabilidade continua a ser crítico para pessoas com deficiência, assim como a circulação por todas as pessoas em estabelecimentos de comércio local que não beneficiam das mesmas adaptações que o comércio em estabelecimentos de maior dimensão. Que legislação está a ser trabalhada ou existe para fazer cumprir o acesso numa simples casa num prédio de habitação ou num supermercado local?

SE – Nós temos aqui duas questões. Por um lado, naquilo que existe atualmente a exigência não é muita e a pouca que existe não é cumprida muitas vezes. Temos de ter essa consciência e dizer assim «em que ponto é que nós estamos». Depois devemos fazer aquilo que normalmente não se faz, que é: quando nós temos alguma regra para se cumprir, temos de ir vendo se ela está a ser cumprida. Se nós não formos vendo se as regras estão a ser cumpridas, ou não, as pessoas facilitam um pouco.

E, portanto, o que nós estamos a fazer é precisamente verificar em termos de fiscalização para perceber quem é que está a cumprir e porque estão a incumprir, mas ao mesmo tempo fazer a revisão do Regime Jurídico das Acessibilidades precisamente para que não sejam os mínimos a serem cumpridos. Nós não queremos os mínimos; queremos o que for necessário para que as pessoas possam ter as mesmas oportunidades. Nós não podemos estar a dizer que queremos fomentar o emprego das pessoas com deficiência e depois não termos empresas capazes de lhes garantir a acessibilidade. A revisão desse quadro legal que existe é uma realidade, mas, ao mesmo tempo, fiscalizar também aquilo que atualmente existe é fundamental.

RN – Sabemos que para realizar uma viagem de lazer ou de férias, uma pessoa com deficiência enquadrada numa instituição beneficia sempre de um trabalho prévio de recolha de informação por parte de uma equipa técnica sobre o que é necessário tratar e validar ao nível de acessos. Contudo, se o fizermos a título individual, não nos é possível contratar um assistente pessoal pontual. Que alternativas podemos ter?

SE – O levantamento dessa necessidade é muito interessante e pertinente. Para questões particulares, que não têm de ser as instituições a suportar, poderia haver uma bolsa de assistentes pessoais com formação, permitindo serem recrutados pontualmente. É um assunto efetivo a trabalhar, promovendo a autonomia das pessoas com deficiência ou até de pessoas idosas, ainda que havendo uma comparticipação da pessoa em causa.

Temos de pensar nesta matéria concreta e agradecemos-vos também a identificação desta necessidade, pois permitirá falarmos do assunto com o Turismo de Portugal.

RN – Pensando nas melhorias a nível de acessibilidades nestas suas várias vertentes podemos também falar da relevância de, no dia a dia, se trabalharem mentalidades na comunidade para uma visão mais inclusiva. De que forma o Programa de Cidadania e Desenvolvimento na Escola Pública pode ajudar a capacitar as crianças e jovens nesse sentido?

SE – Eu acho que tem havido melhorias significativas, desde logo com a questão da escola inclusiva. O facto de



todos poderem estar no mesmo espaço com currículos adaptados, apoios de professores e outras pessoas para poder dar resposta às pessoas é uma realidade.

Independentemente de haver alguns aspetos na escola inclusiva que têm de ser melhorados, sobretudo no que respeita a haver mais recursos humanos, penso que a escola já promove muito o debate da inclusão, seja ao nível das diferenças ou da imigração.

Agora efetivamente ainda há muito a fazer e a escola é o meio ideal para esse debate. Na verdade, a escola e a casa são os primeiros locais onde nós mudamos a mentalidade. Depois deve também haver uma maior articulação entre a escola e o emprego, para ajudar

a eliminar barreiras inclusivamente junto dos empregadores.

Acho que estamos num bom caminho, mesmo tendo muito caminho por fazer para que todos percebam a importância deste tema.





descomplicar

DIREITOS HUMANOS

O DIREITO AO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Por Mariana Bem-Haja e Filomena Girão
FAF Advogados



O Direito ao Trabalho dos mais vulneráveis merece tutela no contexto dos Direitos Humanos, estando, desde logo, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, e, mais tarde, densificado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU de 2006, que prescreve que todos os Estados a esta vinculados reconheçam, salvaguardem e promovam “o direito das pessoas com deficiência a trabalhar, em condições de igualdade com as demais”, impondo-lhes a adopção de medidas que proibam “a discriminação com base na deficiência no que respeita a todas as matérias relativas a todas as formas de emprego”, que protejam “os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais, a condições de trabalho justas e favoráveis”, que assegurem “que as pessoas com deficiência são capazes de exercer os seus direitos laborais e sindicais, em condições de igualdade com as demais”, que promovam “as oportunidades de emprego e progressão na carreira para pessoas com deficiência no mercado de trabalho”, que obriguem os sectores público e privado a empregar pessoas com deficiência, e que, igualmente, assegurem “que são realizadas as adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência no local de trabalho”.

Também em Portugal, ainda anteriormente à ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o legislador se empenhou em definir um corpo normativo tutelador do Direito ao Trabalho das pessoas com deficiência.

Assim, estatui a Constituição da República Portuguesa, a par do princípio geral da universalidade e da igualdade, que “[t]odos têm direito ao trabalho” (artigo 58.º, n.º 1), cabendo ao

Estado a realização de “uma política de (...) integração dos cidadãos portadores de deficiência” (artigo 71.º, n.º 2).

Igualmente antes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (de 2006, conforme já dito), foi entre nós promulgada e entrou em vigor a Lei de Bases da Pessoa com Deficiência - Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto (que veio substituir a Lei de Bases da Pessoa com Deficiência de 1989, que, por sua vez, havia substituído a Lei de Bases da Pessoa com Deficiência de 1971) - que, no que ao Direito ao Trabalho concerne, estabelece que “[c]ompete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar o direito de acesso ao emprego, ao trabalho, à orientação, formação, habilitação e reabilitação profissionais e a adequação das condições de trabalho da pessoa com deficiência”, devendo este “fomentar e apoiar o recurso ao auto-emprego, teletrabalho, trabalho a tempo parcial e no domicílio” (artigo 26.º, n.os 1 e 2).

Mais recentemente, com a entrada em vigor da Lei n.º 4/2019, alargou-se o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência com incapacidade igual ao superior a 60% ao sector privado e aos organismos do sector público que não estivessem abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro. Deste modo, em concursos externos de ingresso no sector público é agora reservada uma quota de 5% do total do número de lugares a preencher ou é garantida a reserva de um lugar para pessoas com deficiência, consoante o número de lugares postos a concurso seja igual ou superior a dez ou este número seja inferior a dez e igual ou superior a três, respectivamente. Por outro lado, caso o concurso externo preveja apenas o



descomplicar

preenchimento de um ou dois lugares, o candidato com deficiência tem preferência em caso de igualdade de classificação. Já no sector privado e em organismos do sector público que não estejam abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, as médias empresas com número igual ou superior a setenta e cinco trabalhadores devem ter uma quota de 1% de trabalhadores com deficiência, quota que passa para 2% nas grandes empresas.

Por fim, e como seria de esperar, também o Código do Trabalho, nas suas múltiplas versões, se foi debruçando sobre este direito fundamental da pessoa com deficiência. Actualmente, consagra aquele diploma o "direito a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção ou carreira profissionais e às condições de trabalho, não podendo ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente (...) deficiência" (artigo 24.º), proibindo, expressamente, qualquer prática discriminatória (artigo 25.º). Ademais, é dedicada uma subsecção ao trabalhador com deficiência, no âmbito da qual se reforça que o trabalhador com deficiência é titular dos mesmos direitos e deveres que os demais trabalhadores no acesso ao emprego, à formação, promoção ou carreira profissionais e às condições de trabalho, cabendo ao Estado estimular e apoiar o empregador na contratação de trabalhador com deficiência e, também, se estipula que a entidade empregadora adopte medidas adequadas para que a pessoa com deficiência tenha acesso a um emprego, o possa exercer e nele progredir, ou para que tenha formação profissional, cabendo ao Estado, uma vez mais, estimular e apoiar a acção do

empregador na concretização de tais obrigações. Ainda fica o trabalhador com deficiência dispensado de algumas formas de organização do tempo de trabalho que possam prejudicar a sua saúde e segurança no trabalho, designadamente da prestação de trabalho suplementar.

Diante do que vem dito, somos a creditar que o legislador português, desde há muito, se tem empenhado na defesa do Direito ao Trabalho da pessoa com deficiência. A par do extenso corpo normativo referente à matéria, merecem relevo os diversos incentivos à contratação e os variados apoios à formação e reabilitação profissional da pessoa com deficiência. E, de facto, os resultados têm-se mostrados positivos.

Demonstrativo de tal é o Relatório "Pessoas com Deficiência em Portugal, Indicadores de Direitos Humanos 2023", do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, que dá nota de que a taxa de actividade das pessoas com deficiência em Portugal é bastante superior à média da União Europeia, em cerca de 8% nos homens e de 14% nas mulheres, o que resulta numa taxa de emprego também superior (58,7% em Portugal e 50,3% na média dos países da União Europeia). Realça-se ainda que, no lapso temporal de 2015 a 2020, se verificou uma melhoria na taxa de emprego das pessoas com deficiência em Portugal, de cerca de 8%, e que a diferença na taxa de emprego entre pessoas com deficiência e sem deficiência representa, em Portugal, o terceiro valor mais baixo da Europa.

É este o caminho, parece. Há, no entanto, certamente, ainda muito a fazer, em prol de uma sociedade mais justa e equitativa.



Realização de Intervenções Formativas sob os seguintes temas: – Algumas reflexões sobre o Regime do Maior Acompanhado – maio 2024 – Sensobiografia e estimulação multissensorial em contexto de cuidados – junho 2024 – Acessibilidade Comunicacional: um vetor para uma sociedade mais equitativa – julho 2024 – A importância da educação para a sexualidade na diversidade funcional – setembro 2024	Atribuição do Prémio HUMANITAS – Educar para Incluir – 1ª Edição – maio 2024 Entregue a 10 de maio – Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual	Abertura 5ª Edição Bolsas de Estudo Prazo de candidatura – até 25 outubro 2024 Ficha Candidatura 
	Conversar é preciso... Deficiência Intelectual e Espiritualidade – junho 2024	
	Conversar com FAMÍLIAS é preciso... Interdição, Inabilitação e Maior Acompanhado – julho 2024	
No âmbito do projeto EQUAL, do qual a HUMANITAS foi parceira, foi produzido o documentário <i>O direito a ter direitos: Oportunidades e desafios na implementação do Regime do Maior Acompanhado</i>, com base em excertos das entrevistas realizadas com magistrados, peritos, técnicos de instituições de apoio a pessoas com deficiência, pessoas com deficiência intelectual e psicossocial e suas famílias. Para mais acesso a informações do projeto poderá consultar o link. 	No âmbito da parceria entre a HUMANITAS e a Universidade Lusófona foi partilhado o livro No Barriers – Strategies and Best Practices for the Employment of Individuals with Intellectual Disability, resultado do projeto com o mesmo nome. 	O Projeto Sem Barreiras visa investigar e facilitar a inclusão de indivíduos com deficiência intelectual no emprego multissetorial, concentrando-se no desenvolvimento e implementação de políticas de inclusão social.



opinião

Nos primeiros segundos do filme *Le Huitième Jour (O Oitavo Dia)*, de Jaco Van Dormael, a personagem interpretada pelo ator Pascal Duquenne diz-nos: **No princípio não havia nada, apenas música.**

A partir daqui todo o filme se desenrola num confronto entre o paradigma da norma e um olhar sobre o Mundo que afirma um outro lugar, expondo, no decorrer da narrativa, a pluralidade de pontos de vista sobre os quais podemos observar o que nos rodeia. Um duelo entre uma racionalidade paralisante e um sensível intuitivo e imagético, que nos revela o que a espuma dos dias não nos permite observar.

**UM
LUGAR
MAIOR**



**MARCO
PAIVA
TERRA
AMARELA**

Jaco Van Dormael filma *O Oitavo Dia*, como se o fizesse de dentro da cabeça de Georges, a personagem interpretada pelo ator Pascal Duquenne. E é esse gesto que gostava de problematizar: de onde observamos o Mundo?

A História serviu-nos de bandeja o vencedor e o vencido, o herói e o vilão, os grandes feitos e as derrotas colossais, sempre nesta lógica binómica que força tudo o que está entre um ponto e outro, à invisibilidade, como se nos faltassem muitas cabeças nesta História da Humanidade a partir das quais não foi possível ter um olhar sobre a existência. Em algum momento alguém terá dito que a Arte suplantaria essa falha - essa Arte viva, livre, inquieta, rebelde e transgressora, capaz de espelhar o Mundo e de o sublimar - mas a Arte tratou (trata e tratará) de ser também um veículo de exclusão, alinhando-se com a norma e com o sistémico.



Assim, a determinada altura, parece que o último reduto para encontrar uma maior pluralidade de olhares sobre o Mundo é a nossa própria capacidade de não acreditarmos na convenção que suporta uma suposta lógica e equilíbrio e procurar construir um lugar maior, que afirme outras narrativas e pontos de vista e que nos ajude a ter uma consciência mais plena da matéria que ocupa o espaço coletivo. Depois, talvez, a partir desta descrença no óbvio e na convenção, regressar paradoxalmente ao ato Artístico.

No ano 2000 descobri a prática artística no seio de um projeto chamado *Crinabel Teatro* (1986-2021). Durante 21 anos reescrevemos muitas vezes paisagens, conceitos, ideias e Histórias, sempre partindo de diferentes cabeças e imaginários, experiências individuais e determinações coletivas, que revelaram a Existência em distintas dimensões e escalas, tornando o Mundo num espaço em permanente redescoberta de si próprio.

Orientávamos a nossa prática por três eixos: escuta, participação e identidade. Cada pessoa como um ser único, irrepetível, que tinha como missão preservar a sua identidade e encontrar convergência com as outras identidades, provocando, através desses encontros, o surgimento de um ato performativo que não era mais do que uma gramática comum nascida ali, pronta a esfumar-se, para dar lugar a outros encontros e outras gramáticas.

Quase como uma insatisfação permanente, uma insatisfação que vinha de uma recusa em querer definir com certeza o que cada um de nós era, preferindo assumir que em vez de “sermos”, nós “íamos sendo” a cada dia muitas coisas diferentes, como o Mundo que não “é”, mas que “vai sendo”, porque um Mundo um pouco menos determinante, poderá ser talvez um Mundo mais atento à heterogeneidade que o define e consequentemente, talvez, um pouco mais empático. Talvez, sempre talvez.

E então? De onde observamos o Mundo? Cada um responderá por si. Cada um tomará, em consciência, as suas opções. Pessoalmente gosto de observar o Mundo através de uma prática relacional diversa. O pouco que já vi desse grande lugar coletivo, chegou-me através de geografias, culturas, corpos, línguas, Histórias e visões muito distintas, tão distintas que podem parecer antagónicas, mas que na verdade não são mais do que a existência em toda a sua complexidade.

É essa complexidade que podemos talvez nomear como o lugar maior. Um lugar que, milénios depois, ainda nos pode surpreender e transformar, que ainda pode redefinir a forma como contamos a História.

E por fim: o que tem este meu texto a ver com Arte, Teatro e Cultura na deficiência intelectual?

Se tiverem oportunidade vejam o filme *O Oitavo Dia*. Se não o puderem fazer, tentem pensar a partir de onde pretendem observar o Mundo. Preferem “ser”, ou preferem “ir sendo”?



artigo científico

ESPIRITUALIDADE PARA TODOS

por Tiago Casaleiro

Doutor em Enfermagem – Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica – Professor Adjunto na Escola Superior de Enfermagem de São Francisco das Misericórdias – Investigador colaborador no projeto *Spirit in Health*, do Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde na Universidade Católica Portuguesa

A vivência da espiritualidade não está dependente do funcionamento intelectual e não se mede pela eloquência ou forma como é expressa (Raji, 2009). Dito isto poderíamos terminar este artigo por aqui.

No entanto, perderíamos a oportunidade de olhar para o que é a espiritualidade, como é que ela se vive na vida de cada pessoa, quais as necessidades espirituais e quais as estratégias que podem ser implementadas. Falar da espiritualidade de pessoas com deficiência é falar da espiritualidade de cada pessoa à nossa volta. No entanto, existem desafios específicos.



Afinal, o que entendemos por Espiritualidade?

Em primeiro lugar, talvez seja útil clarificar o que se entende por espiritualidade. A literatura científica olha para a espiritualidade de diferentes prismas: sociológico, antropológico, teológico, ao nível das ciências da saúde, entre outros. Das definições existentes, faço eco da definição proposta por Puchalski e colaboradores (2009):

“A espiritualidade é uma dimensão do ser humano que se refere à maneira como os indivíduos buscam e expressam significado e propósito e a forma como eles experimentam sua conexão com o momento, consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com o significativo ou sagrado.”

Nesta definição destaco a dimensão subjetiva na qual cada um vive a espiritualidade à sua maneira, embora possa fazê-lo em conjunto com outros; a ideia de significado e propósito que cada pessoa busca e expressa; por fim, a ideia de conexão. Esta definição é abrangente e podemos encaixar aqui a variabilidade da expressão da espiritualidade. Daqui se depreende que para viver a espiritualidade uma pessoa não é obrigada à pertença a uma religião ou adotar um sistema de crenças, embora isso possa fazer parte da sua vida.

Mas, e na deficiência?

Raji refere que as pessoas que não conseguem comunicar verbalmente o seu ‘mundo interno’, com as suas esperanças, sonhos e necessidades podem ficar de fora desta importante experiência humana, se tais necessidades não forem reconhecidas (Raji, 2009). Este é, possivelmente, o maior desafio numa sociedade em que o paradigma continua a ser capacitista, com foco na incapacidade. Como

muitas vezes se liga a espiritualidade à autoconsciência e à capacidade cognitiva existe o risco de negar à pessoa com deficiência intelectual a vivência da espiritualidade, enquanto experiência humana universal que é.

A pessoa com deficiência intelectual pode apresentar dificuldades na comunicação ou na articulação de conceitos abstratos pelo que não existe uma linguagem padrão (Casaleiro et al., 2022). Um estudo sobre pessoas com deficiência intelectual destacou alguns aspetos que podem ser transpostos para todas as vivências da espiritualidade.

Segundo os participantes deste estudo, destaca-se: a importância da amizade; o entendimento de “Deus” expresso na linguagem da amizade; a solidão sentida; a perda de entes queridos quer por morte quer por perda de contato provoca sofrimento; a importância de celebrar, juntos, festas religiosas, aniversários; a necessidade de providenciar espaço para estar só; a importância da religião para algumas pessoas, englobando as comunidades religiosas e as práticas religiosas que devem ser inclusivas; a estimulação da criatividade através dos talentos individuais (Swinton & Powrie, 2004).

A vivência da espiritualidade tem impacto na vida de qualquer pessoa. Quando se acompanha, se cuida ou se vive com pessoas com deficiência, pode ser importante avaliar a dimensão espiritual e o seu impacto. Num estudo norte-americano sobre os perfis espirituais e religiosos de pessoas com deficiência, foi utilizado o modelo iCARING. Este modelo inclui um instrumento em que se começa por avaliar a importância da espiritualidade para a pessoa, de que forma a vive em comunidade, quais os recursos e práticas que utiliza, de que forma influencia no dia a dia,



quais as necessidades sentidas, e quais os objetivos e qual a ajuda que pode ser prestada (Hodge & Reynolds, 2018). Da avaliação feita inicialmente podem surgir oportunidades de aprofundamento de algumas temáticas relacionadas com a sua história espiritual, a sua relação com o transcendente e os ambientes em que se move. As próprias tradições religiosas têm refletido sobre a questão da deficiência e encetado esforços no sentido de incluir as pessoas com deficiência e atender às suas necessidades (Gangemi & Waldron, 2018; Ibrahim & Ismail, 2018; Jones, 2004).

Que estratégias podem ser implementadas?

Uma dinâmica assistencialista corre o risco de tornar a espiritualidade em mais um elemento das checklists ou das auditorias de instituições e serviços de apoio a pessoas com deficiência. Como diz, de forma provocatória, um folheto para cuidadores de pessoas com deficiência intelectual, é preciso ir além das checklists (tradução livre da expressão: No box to tick) (Foundation for People with Learning Disabilities, 2004). Este guia deixa alguns temas e questionamentos a serem feitos tanto em instituições ou serviços, como no seio das famílias e comunidades.

Em primeiro lugar, refletir sobre o que é espiritualidade, o que dá sentido ou significado à vida de cada pessoa. Nas instituições, pode ser marcante que os profissionais partilhem as suas próprias ideias entre si.

Depois, refletir sobre a importância da amizade e da qualidade das relações das pessoas em volta e se há potencial para melhorar. Por vezes, as pessoas sentem solidão e deve ser dada oportunidade ao encontro.

A perda de pessoas queridas, quer

por morte quer por perda de contacto, provoca sofrimento. Assim, é essencial cuidar do momento das despedidas, por exemplo através de celebração, quando um cuidador deixa a instituição. No caso do luto existe uma necessidade de reestruturação face à perda, mas nem sempre existe à vontade e facilidade em falar sobre este tema.

A celebração é uma tônica importante na vivência da espiritualidade, pelo que é recomendada a preparação de momentos de celebração e o acompanhamento das pessoas nas suas crenças, por exemplo em celebrações religiosas. A religião é um elemento nuclear para algumas pessoas pelo que se deve promover o diálogo com as comunidades religiosas para que haja uma verdadeira inclusão.

A espiritualidade também pode precisar de tempo e espaço, por exemplo, para a pessoa estar só. Nem sempre existe esse espaço e tempo e é uma necessidade por vezes negligenciada. A ida a espaços espirituais/religiosos em momentos mais tranquilos pode ser uma boa estratégia.

Por fim, destacar a estimulação da criatividade através dos talentos individuais. Esta pode ser uma forma de promover conexão e de celebrar os recursos de cada pessoa.

Em suma, a escuta das pessoas com deficiência relativamente à sua vivência da espiritualidade é essencial. As suas necessidades espirituais são as mesmas da demais população, pelo que importa tê-las em conta no seio da família, comunidade e em contextos assistenciais (Casaleiro, 2012). Assim, a espiritualidade (de todos e para todos) é um contributo importante para a afirmação e aceitação da deficiência e para a inclusão na comunidade (Liu et al., 2014).

Referências

Casaleiro, T. (2012). Deficiência mental e espiritualidade: necessidades, diagnósticos e intervenções. *Hospitalidade*(297), 31-38.

Casaleiro, T., Vale, I. M., Cabral, A. C., & Martins, A. (2022). Deficiência. In S. Caldeira & M. R. G. Esperandio (Eds.), *Espiritualidade e saúde: fundamentos e práticas em perspectiva luso-brasileira* (Vol. 1, pp. 219-223). PUCPRESS.

Foundation for People with Learning Disabilities. (2004). [*No box to tick: A booklet for carers of people with learning disabilities*](#). Mental Health Foundation.

Gangemi, C., & Waldron, L. (2018). *Intellectual Disability: Caring for Yourself and Others*. Redemptorist Publications.

Hodge, D. R., & Reynolds, C. (2018). [*Spirituality among People with Disabilities: A Nationally Representative Study of Spiritual and Religious Profiles*](#). *Health and Social Work*, 44(2), 75-86.

Ibrahim, I., & Ismail, M. F. (2018). [*Muslims with Disabilities: Psychosocial Reforms from an Islamic Perspective*](#). *Journal of Disability & Religion*, 22(1), 1-14.

Jones, M. (2004). [*Judaism, Spirituality, and Disability*](#). *Journal of Religion, Disability & Health*, 8(1-2), 55-88.

Liu, E. X., Carter, E. W., Boehm, T. L., Annandale, N. H., & Taylor, C. E. (2014). [*In their own words: the place of faith in the lives of young people with autism and intellectual disability*](#). *Intellect Dev Disabil*, 52(5), 388-404.

Puchalski, C., Ferrell, B., Virani, R., Otis-Green, S., Baird, P., Bull, J., Chochinov, H., Handzo, G., Nelson-Becker, H., Prince-Paul, M., Pugliese, K., & Sulmasy, D. (2009). [*Improving the Quality of Spiritual Care as a Dimension of Palliative Care: The Report of the*](#)

[*Consensus Conference*](#). *Journal of Palliative Medicine*, 12(10), 885-904.

Raji, O. (2009). Intellectual disability. In C. Cook, A. Powell, & A. Sims (Eds.), *Spirituality and psychiatry*. Royal College of Psychiatrists Publications.

Swinton, J., & Powrie, E. (2004). [*Why are we here? Meeting the spiritual needs of people with learning disabilities*](#). Foundation for People with Learning Disabilities.





ValorIN integra jovens com deficiência e/ou doença mental no mercado de trabalho

O Projeto ValorIN – Valorizar, Integrando dá resposta a pessoas com deficiência e/ou doença mental, com o intuito de facilitar a sua integração no mercado de trabalho. Trata-se de uma iniciativa de inovação e empreendedorismo social criada em 2016, em Vila do Conde, pelo MADI Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual de Vila do Conde. Abrange pessoas em idade ativa, estando neste momento a acompanhar adultos entre os 22 e os 51 anos de idade.

“É um acompanhamento contínuo, que se destina a apoiar 20 beneficiários, de ambos os sexos, com mobilidade reduzida e diversidade funcional num grau ligeiro a moderado. A seleção recai sobre candidatos que terão potencial de empregabilidade”, explica Isabel Querido, coordenadora e gestora do ValorIN.

Sedeado em Vila do Conde, no distrito do Porto, o projeto surgiu depois de o MADI verificar que a exclusão socioprofissional das pessoas com deficiência e/ou doença mental era uma realidade no concelho.

“Verificávamos que os jovens que terminavam os seus cursos de formação profissional encontravam barreiras e portas fechadas no acesso ao primeiro emprego”, revela Isabel Querido.

De modo a inverter esta situação, a ValorIN tem como objetivos primordiais valorizar o potencial para o trabalho, capacitar os jovens para a vida profissional e promover a imagem das pessoas com deficiência e/ou doença mental.

“Temos em vista elevar os níveis de empregabilidade inclusiva no nosso concelho”, afirma a coordenadora da iniciativa.

Isabel Querido acrescenta ainda que, para alcançar esse resultado, é fundamental potenciar parcerias estratégicas com empresas de Vila do Conde.

“Nós queremos preparar jovens trabalhadores que correspondam às necessidades dos nossos clientes. Nesse sentido, a ValorIN desloca fases do ciclo fabril das empresas para as nossas instalações, onde desenvolvemos competências, em contexto laboral, com vista a elevar os níveis de capacitação necessários e que vão facilitar a integração destes jovens em mercado de trabalho”, esclarece.

Um projeto de pessoas para pessoas

Os adultos que integram a ValorIN desenvolvem 14 tarefas de carácter manual, entre as quais montagem de artigos de papelaria, de brinquedos para crianças, de peças de cristais para candeeiros, de material desportivo, inspeção de peças automóveis, embalagem de sabonetes e



acabamento de calçado. A finalidade é prestar serviços de qualidade às empresas parceiras do projeto, todas elas multinacionais, o que leva a ValorIN a sentir “orgulho” no percurso que tem vindo a percorrer desde 2016.

“Não foi fácil chegar até aqui. Ser empreendedor exige uma grande resiliência e, acima de tudo, muita paixão”, assume Isabel Querido.

A par da integração destes jovens no mercado laboral, há ainda a sensibilização das entidades para a mudança do paradigma da deficiência para o paradigma da inclusão.

“Por preconceito ou por desconhecimento desta realidade, por vezes as empresas acabam por adotar uma atitude de descrença. O papel da ValorIN é também chegar a estas pessoas e dizer-lhes que o nosso público-alvo é tão válido como qualquer outra pessoa. O que é preciso é prepará-los e dar-lhes uma oportunidade”, sublinha ainda a coordenadora.

Aquando da sua formação, a ValorIN contava apenas com cinco jovens,



dois parceiros institucionais e uma empresa. Contudo, em 2017, a iniciativa foi distinguida com o prémio BPI Capacitar e, de 2018 a 2021, financiada pelo Portugal Inovação Social, POISE, Programa Parcerias para o Impacto, começando a afirmar-se cada vez mais na matéria da inclusão laboral.

“Tudo isto fez com que, atualmente, em 2024, e passando por dois anos de pandemia, conseguíssemos 23 jovens integrados em mercado de trabalho” – refere Isabel Querido, acrescentando que: “por cá, já passaram 50, sendo que cinco desistiram”.

Tiago Filipe Dias de Azevedo, natural de Vila do Conde, é um dos 23 jovens que estão, neste momento, a trabalhar graças ao projeto. Aos 25 anos de idade, conta como a ValorIN mudou a sua vida, depois de várias entrevistas de emprego com a palavra “não” a ser uma constante.





entrevista

“Eu sofro de Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção. Nas entrevistas, eu não dizia nada, mas os empregadores reparavam e não ficavam comigo”, explica.

Em 2019, e por recomendação da presidente do MADI, Maria Elisa Carvalho Ferraz, entrou para a ValorIN. Lá tinha aulas de ginástica laboral, pilates, treino de competências pessoais e sociais e treino produtivo.

“Sentia que estava a fazer algo útil para mim, o que não sentia antes do projeto e que tinha que arriscar. Deu-me ferramentas para lidar com o stress do trabalho e ali passei a ter uma rotina diária”, recorda Tiago Azevedo.

Há quatro anos, Tiago conseguiu o seu primeiro emprego na PROADEC PORTUGAL, GRUPO SORTECO, com horário fixo de 40 horas semanais. A sua função é auxiliar de produção, trabalha numa máquina de aplicar cola ou de embalar bobines. Com o lema “um Projeto de Pessoas para Pessoas”, a ValorIN teve um papel fundamental neste desfecho.

“Depois do projeto, percebi que não podemos ocultar a doença que temos. Agora estou numa empresa agradável, que tem tido muita compreensão e respeito comigo. Sinto-me valorizado.”, revela.

“ESTE PROJETO FOI UMA GRANDE AJUDA PARA MIM”

Há oito anos em atividade, Isabel Querido não tem dúvidas de que a ValorIN

“é o jovem, são as famílias e as pessoas das empresas. São estes os três motores. É um ciclo de ligação em que todos saem vencedores.”



Tiago Azevedo é um dos casos de sucesso que a iniciativa viu nascer.

“Aprendi a ser mais produtivo, tornei-me numa pessoa mais confiante, segura e mais concentrada no trabalho. A ValorIN deu-me ferramentas para lidar com o stress do trabalho. Quando fui para o mercado laboral, o choque não foi tão forte. Este projeto foi uma grande ajuda para mim”, frisa o jovem e acrescenta: “A minha vida está estável, economicamente mais independente. No ano passado, com o dinheiro que ganhei pude ir a Lisboa às Jornadas Mundiais da Juventude e, este ano, comprei a última camisola da Seleção Portuguesa de Futebol, que era algo muito especial para mim!”

Neste sentido, a coordenadora acredita que a sociedade é cada vez mais inclusiva.

“Penso que as empresas têm cada vez mais esta preocupação pelas políticas de responsabilidade social”, reitera.



Manuel Ramos, conhecido por NELO, foi o primeiro campeão nacional de canoagem. Fundou a empresa NELO em 1977, com longa história na produção de canoas e caiaques de alta competição, posicionando-se, após a participação nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, como líder mundial, levando Vila do Conde aos quatro cantos do mundo.

A parceria estratégica entre a empresa NELO e o projeto ValorIN iniciou-se em 2017.



“As referências sobre a Associação MADI Vila do Conde eram muito boas, já conhecidas por nós. O projeto ValorIN veio acrescentar de uma forma mais ativa e presente valor aos nossos produtos. Deve-se dar mais tempo de reconhecer as capacidades físicas, sociais e intelectuais destes nossos amigos”, afirma Manuel Ramos.

Em permanência, na ValorIN, os jovens preparam e montam com rigor equipamentos e apalamentos dos barcos para competir em Campeonatos do Mundo, Jogos Olímpicos e provas nacionais.

“Dão-nos uma garantia de um trabalho realizado com excelência. Só temos a ganhar com o Projeto ValorIN”, garante o administrador da empresa NELO.

NELO, GANHAMOS MAIS COM A VALORIN DO QUE AQUILO QUE DAMOS!

Em 2018, a empresa NELO também assumiu o papel de empresa integradora de pessoas com deficiência, tornando-se ativa em ações de responsabilidade social.

“Integramos um jovem vindo da ValorIN na nossa empresa, integrou-se de uma forma espetacular. É muito bom profissional, muito boa pessoa e muito amado dentro da empresa”, diz o empresário.

“Não é um favor, é um benefício tanto pelo trabalho que realiza em prol da empresa, como na relação com os outros funcionários. Ganhamos mais com a ValorIN do que aquilo que damos.”

De olhos postos no futuro, Isabel Querido, confessa que a ambição passa por alargar este projeto ao resto do país.

“Ao longo destes anos, conseguimos escalar esta iniciativa, fazendo crescer o número de beneficiários apoiados, contando já com 16 empresas e serviços e promovendo a imagem destes jovens na nossa sociedade. Com tudo isto, foi-se desmistificando a ideia de que estes jovens não conseguiam. Na verdade, eles acabam por conseguir fazer”, conclui.

humanitas

NADA DO QUE É HUMANO NOS É ALHEIO